

Autor: Pedro Luiz Lima

Instituição: Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSOC-UEL) / Pesquisador de Pós-Doutorado no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (DCP-USP).

Título: Fundamentos e variações de um paradigma ambivalente: um estudo crítico sobre o componente populista do conceito de lulismo

Introdução

Há diversos planos em que se pode perceber uma retomada do conceito de populismo nos últimos anos e atestar, panoramicamente, sua premente relevância enquanto objeto de pesquisa. A própria difusão do termo em registro jornalístico, no Brasil e alhures (Cilia, 2017), sinaliza uma escalada na apropriação, sempre agonística, do populismo para fins políticos – escalada esta que não deixa de se retroalimentar dos discursos especializados de acadêmicos e intelectuais. Neste âmbito, pode-se também notar que, além das especificidades locais que caracterizam o debate nacional, há uma considerável recuperação do conceito no registro hegemônico da teoria política internacional.

A partir de 2005, com a publicação de *On Populist Reason*, do filósofo político argentino Ernesto Laclau, foram numerosos os debates acerca da inversão de perspectiva promovida pela obra, em que o populismo deixa de ser entendido como patologia de democracias atrasadas ou “não consolidadas”, e passa a expressar um fenômeno intrínseco da própria vida democrática e de seu elementar conteúdo antagonístico. Respostas e reações a esta tentativa de ressignificação de Laclau, assim como endossos e aplicações, vieram das mais diversas frentes, incluindo célebres autores da teoria política e da filosofia, dentre os quais se pode destacar o francês Pierre Rosanvallon (2006), a italiana Nadia Urbinati (2010), a belga Chantal Mouffe (2005) e o esloveno Slavoj Žižek (2008). Estes debates mais abrangentes que buscam delimitar o conceito de populismo são determinantes para qualquer apropriação recente do termo, ainda que não constituam por si mesmos um objeto prioritário da pesquisa, preocupada em atentar para o que tem se passado no Brasil dos últimos anos.

Resta fora de dúvida, portanto, a atualidade do tema. A pertinência da investigação aqui proposta reside, por sua vez, na necessidade de preencher uma lacuna nestes novos estudos sobre o populismo: a despeito da miríade de novos pesquisadores e de novas incursões acadêmicas no país que retomam o tema, parece ainda subtematizada a emergência do que se pode chamar, de maneira preliminar, de “nova teoria do populismo”. Esta guarda relação direta com a clássica “teoria do populismo”, desenvolvida em suas formas mais célebres por Octávio Ianni (1968 e 1974) e Francisco Weffort (1978) para tratar da República de 1946 e das causas de seu “colapso” em 1964. A nova versão da teoria, por sua vez, toma o assim chamado “período lulista” (2003-2016) como objeto primordial de análise.

Interessa observar que mesmo após a considerável onda de estudos críticos que vem desconstruindo a clássica teoria do populismo desde os fins dos anos 1970 (Werneck Vianna, 1986; Gomes, 2001 e 2005; Guimarães, 2001; Santos, 1979; Ferreira, 2001; Barbosa Filho, 1980; Maia, 2001), aquele conceito, que muitos já consideravam fadado ao desuso e à obsolescência, aparece redivivo no arcabouço teórico de muitos dentre os mais relevantes intérpretes da política brasileira contemporânea. Como é praxe na história do pensamento político brasileiro, trata-se de uma teoria irrigada a partir de diversos campos disciplinares das ciências humanas, bastando-nos citar três cortes fundamentais: uma vertente da ciência política, representada pelas obras de Armando Boito Jr, dentre outros; uma vertente da filosofia política, representada pelas obras de Paulo Eduardo Arantes, Vladimir Safatle, Ruy Fausto e José Arthur Giannotti; e uma vertente da sociologia política, representada pelas obras de Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Ricardo Antunes.

Todos os autores supracitados, malgrado suas consideráveis especificidades, erigem suas interpretações da política brasileira recente na chave do “populismo”, utilizando-se do que Marx qualifica como uma “linguagem emprestada” (*Dezoito Brumário*), e, precisamente por isso, tendem a reproduzir limites congênitos do paradigma do populismo ao conceituar o assim chamado “período lulista” (2003-2016). Tratar-se-ia, ademais, de dupla tragédia: a reapropriação do paradigma do populismo remontaria a uma caracterização parcial e amplamente contestada do período democrático de 1946-1964, de modo que a reemergência contemporânea de um “marxismo antipopulista” naturalizaria sua avaliação sobre o Golpe de 1964 e a transplantaria para o presente, entendido como mera repetição farsesca. Pode-se argumentar que, assim, a maior parte

daquilo que é produzido por intelectuais de esquerda sobre a atual conjuntura brasileira se alimentaria de uma reprodução acrítica de um paradigma interpretativo.

Permanece por fazer, pois, pesquisas que venham a desembaraçar alguns nós que parecem atrelar diretamente o atual viés antipopulista à sua matriz de meio século atrás, identificando e desenvolvendo os meandros conceituais desse círculo vicioso, que se cristalizaria no modo como as reedições contemporâneas do paradigma do populismo ancoram suas perspectivas sobre o presente na enfática reiteração de seu consagrado olhar sobre o passado.

Diante deste quadro, o presente artigo constitui uma parte específica do abrangente projeto de pesquisa panoramicamente exposto acima. Trata-se de abordar aquela que talvez seja a atualização mais cuidadosa do conceito de populismo, qual seja, a que subjaz à formulação e aplicação do conceito de “lulismo” pelo cientista político André Singer. Se nas obras dos autores supracitados (Safatle, Fausto, Braga, Oliveira, etc.) a reapropriação do conceito de populismo parece se realizar sem maiores ressalvas, sendo a noção de “lulismo” utilizada, via de regra, como mero significante portador do mesmo conteúdo a assombrar nossa história política; em Singer, contudo, há notável esforço para incrementar seu conceito de lulismo com um potencial analítico que o capacite a apreender as especificidades do Brasil nos anos de relativa hegemonia eleitoral lulista.

Em outros termos, enquanto boa parte dos analistas, à esquerda e à direita, manipulam indistintamente os conceitos de lulismo e de populismo em interpretações de evidente acento negativo, repetindo de maneira linear a postura paradigmática do anti-populismo; Singer, por sua vez, constrói uma análise que restitui à política brasileira contemporânea sua densidade contraditória, recusando a mera valência negativa do conceito de populismo. O interesse de sua obra reside, precisamente, no fato de que o “lulismo” ali aparece como o nome de uma prática política ambivalente, infensa a apressados juízos unilaterais.

Persiste, contudo, em “Os sentidos do lulismo” a alusão a Francisco Weffort e à clássica “teoria do populismo” como fonte de onde teria nascido o novo conceito de Singer – e persistem também alguns traços que, a nosso ver, relançam sobre a categoria de lulismo, mesmo em sua versão mais dialeticamente desenvolvida, algumas limitações intrínsecas ao paradigma do populismo. Limitações que, como se disse acima, passaram por intensivas críticas desde o fim dos anos 1970, sem que o paradigma perdesse certa hegemonia interpretativa para lidar com o pré-1964 e, agora, com o pré-2016. Nesse

sentido, espera-se que uma leitura crítica das persistências populistas naquela que representa a formulação mais bem acabada do lulismo resulte numa atualização profícua do embate que, por mais de meio século, atravessa o pensamento político brasileiro. Espera-se, ainda, que do esforço crítico se possa contribuir para um aprimoramento do próprio conceito de lulismo (e através dele, que se abram novas possibilidades para as interpretações do Brasil contemporâneo), uma vez identificadas as amarras populistas que ainda o vinculam a um paradigma perempto, apesar de hegemônico em certas hostes acadêmicas.

Dentre tais amarras, vale destacar, por exemplo, os ecos que o conceito de “subproletariado”, peça-chave no arcabouço de Singer, importaria da clássica divisão marxista entre massa e classe – divisão herdada pelo paradigma do populismo e que implicaria uma concepção estrita de consciência de classe e de ação política autônoma, fatores amplamente criticados pela visão thompsoniana de Castro Gomes, dentre outros. Em suma, trabalhar com rígidas fronteiras para lidar com os pares conceituais consciência/inconsciência e autonomia/heteronomia implicaria um obstáculo para análises mais nuançadas da emergência de formas de atuação política menos adequadas a um ortodoxo enquadramento classista. Ademais, que Singer remeta, para explicar a debacle do governo Dilma, a um dos textos primordiais na construção do paradigma do populismo, a saber, a *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (1964), de Fernando Henrique Cardoso, não apenas sugere que estamos no mesmo horizonte interpretativo do velho paradigma, como também que o “subproletariado” talvez seja o correlato do “subcapitalismo”, categoria crítica mobilizada por Cardoso. Cumpre-nos, enfim, investigar como o declarado esforço de Singer no sentido de atualizar para o lulismo “a visada de classe”, com a qual Weffort teria analisado o “populismo varguista”, por um lado, projeta sua obra para além da unilateralidade dos críticos (de esquerda e de direita) do populismo lulista; mas, por outro lado, esse esforço o mantém aquém das relevantes contribuições legadas por aquela tradição do pensamento político brasileiro que se pôs a tarefa de restituir uma complexidade e abertura históricas que, em quaisquer de suas variantes, o paradigma do populismo tende a subestimar.